

ANEXO IV INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77 /PRES/INSS, DE 21 DE JANEIRO DE 2015

PROCURAÇÃO ESP/NB:

	ADO/PENSIONISTA	
NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL Residente na	IDENTIDADE
CPF PRC)FISSÃO	RUA/AVENIDA/PRAÇA
Nº COMPLEMENTO nomeia e constitui seu bastante procurador o(a) Sr(a).	BAIRRO	CIDADE/ESTADO/CEP
	NOME COMPLETO	DO PROCURADOR
NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL Residente na	IDENTIDADE
CPF PRC	DFISSÃO	RUA/AV./PRAÇA
N° COMPLEMENTO a quem confere poderes especiais plegais para o fiel cumprimento do		
() Ausente (viagem dentro p	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	agiosa,
() Residência no exterior (in	ndicar o país)	
com fins específicos de:		
INDICAR UMA DAS OPCÕES A	BAIXO:	
	BAIXO: efícios, receber quantias atrasadas e	e firmar os respectivos recibos.
INDICAR UMA DAS OPÇÕES A Receber mensalidades de bene Requerer benefícios, revisão e	fícios, receber quantias atrasadas e	e firmar os respectivos recibos.
Receber mensalidades de bene	efícios, receber quantias atrasadas e interpor recursos.	e firmar os respectivos recibos.
Receber mensalidades de bene Requerer benefícios, revisão e Comprovação de vida junto a	efícios, receber quantias atrasadas e interpor recursos.	



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, comprometo-me a comunicar ao INSS qualquer evento que possa anular a presente Procuração, no prazo de trinta dias, a contar da data que o mesmo ocorra, principalmente o óbito do segurado/pensionista, mediante apresentação da respectiva certidão.

Estou ciente que o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-me-á às penalidades previstas nos arts. 171 e 299, ambos do Código Penal.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO PROCURADOR

CÓDIGO PENAL

Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou manter alguém em erro, mediante artificio, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.